

ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Tatiane Lima
tati_lima09@hotmail.com

Carina Elisabeth Maciel
UFMS
CAPES

Resumo

O presente artigo trata-se de um balanço de produção que tem como objetivo desvelar as produções que discutem sobre acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior. Para o levantamento bibliográfico da pesquisa, buscamos nas bases de dados SciELO, GT 11/ANPEd, Oasisbr, Portal de Teses e dissertações CAPES e BDTD por produções escritas em língua portuguesa que dialogam sobre o acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior. Os resultados obtidos apontam que, apesar de haver trabalhos que relacionam transexuais e travestis e educação, há poucas produções que discutem sobre as vivências dessas pessoas nas universidades.

Palavras-chave: Acesso. Permanência. Educação superior.

Introdução

Este artigo trata-se de um balanço de produção realizado como parte da pesquisa de mestrado ‘Acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)’ – em desenvolvimento no Programa de Pós- Graduação em Educação da UFMS, e tem como objetivo desvelar as produções que discutem sobre acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior.

Para o objetivo da pesquisa buscamos nas bases de dados SciELO, Grupo de Trabalho 11 da ANPEd, Oasisbr, CAPES e BDTD por produções que dialogassem sobre o acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior, para tanto, não houve delimitação temporal, apenas limitação à área de educação.

Para a organização do artigo, primeiramente apresentamos os conceitos que orientam o desenvolvimento das análises, em seguida, o balanço de produção, destacando os principais trabalhos já publicados sobre o tema, e, posteriormente, as considerações finais sobre os dados investigados e analisados no decorrer do texto.

Estudantes transexuais e travestis: conceitos e definições

Neste tópico apresentaremos os conceitos de transexualidade e travestilidade para que haja compreensão de quem são as/os estudantes transexuais e travestis presentes em nosso estudo, e para que possamos expor e refletir sobre como o acesso e a permanência dessas pessoas na educação superior têm sido abordadas nas produções nacionais.

A transexualidade e a travestilidade estão relacionadas à identidade de gênero, para tanto, conceituar gênero é o prelúdio para a compreensão de quem são as pessoas transexuais e travestis que nos referimos no presente artigo. Segundo Berenice Bento (2004),

Não existe um processo específico para a constituição das identidades de gênero para os/as transexuais. O gênero só existe na prática, na experiência, e sua realização se dá mediante reiteraões cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino, em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporais são atos que fazem o gênero, que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros. Os/as homens/mulheres biológicos se fazem na repetição de atos que se supõe sejam o mais natural. (BENTO, 2004, p. 144).

Para Bento (2004), o gênero só existe na prática, mediante interpretações sobre o feminino e o masculino estabelecidos como normas na sociedade, ou seja, a estética, o ato de colocar roupa, escolher cor, acessórios, corte de cabelo, fazem o gênero. A transexualidade e a travestilidade estão associadas à identidade de gênero, e esta é considerada uma construção social, não sendo definida a partir do biológico ou da orientação sexual,

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. (JESUS, 2012, p. 08).

Segundo Jesus (2012), o gênero é uma construção social e é a autopercepção que importa, ou seja, independente de ter pênis ou vulva, a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente que define seu gênero. Pessoas transexuais e travestis possuem uma identidade de gênero oposta ao sexo que lhes foi designado ao nascer, isto é, se reconhecem como mulheres, mas foram designadas homens ao nascer por terem pênis, ou se reconhecem como homens, mas foram designadas mulheres ao nascer por terem vulva.

As pessoas que foram designadas homens ao nascer por terem pênis, podem se reconhecer como mulheres travestis, ou apenas travestis, dado que, este termo “é antigo, muito

anterior ao conceito de “transexual” e, por isso muito, mais utilizado e consolidado em nossa linguagem” (JESUS, 2012, p. 16). Recentemente, o termo “transexual” está se consolidando e algumas mulheres se autoidentificam com este conceito. Segundo Benedetti (2005), o reconhecimento transexual ou travesti não está relacionado a classificações e/ou categorizações de como deve ser uma pessoa transexual ou travesti, pois, não há diferenças físicas ou psicológicas entre as duas identidades,

As múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas pessoas nesse universo social não podem ser reduzidas a categorias ou classificações unificadoras, pois estas, ao tornar equivalentes visões de mundo e identidades às vezes até antagônicas, podem ser arbitrárias. (BENEDETTI, 2005, p. 17).

Para o autor, a definição e o reconhecimento sobre a identidade de gênero é construída a partir das vivências pessoais e visões de sociedade. As modificações estéticas e o processo transexualizador¹ também são decisões particulares, isto é, não são mudanças obrigatórias, pois há muitos princípios que interferem nestas questões, tais como os recursos financeiros, o medo do preconceito, a aceitação da família ou até mesmo a própria vontade.

Em nossos estudos não temos pretensão de fazer classificações ou categorizações de como ‘deve ser’ uma pessoa transexual ou travesti. Consideramos importante elucidar que existem tais identificações, sejam por historicidade ou autopercepção, e buscamos não perpetuar a invisibilidade dessas identidades, respeitando a singularidade dos termos².

No tocante à invisibilidade das identidades transexual e travesti, nos referimos ao desrespeito e exclusão social que pessoas transexuais e travestis podem sofrer em diversos espaços sociais. Essa exclusão social é alusiva ao ato de colocar à margem um determinado grupo social, dado que suas diferenças não são aceitas e, por vezes, não são toleradas, podendo ocorrer expulsão do mundo do trabalho e negação de direitos (BURSZTYN, 2003), como exemplo a inexistência de leis que criminalizem a transfobia³ e a restrição ao acesso e à permanência na educação,

O problema é ainda maior quando se trata da educação formal de pessoas trans. Inúmeras são as dificuldades pelas quais uma pessoa trans vê-se obrigada a passar em diversas sociedades, sobretudo a brasileira, principalmente devido aos obstáculos vivenciados nas instituições escolares durante o processo de formação. Apesar da inexistência de dados estatísticos

¹ “Processo pelo qual a pessoa passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização.” (JESUS, 2012, p. 30).

² O termo transgênero não será utilizado por ser considerado um conceito guarda-chuva, que abrange tanto a transexualidade quanto a travestilidade (JESUS, 2012).

³Transfobia é a aversão ao gênero da pessoa transexual/travesti (SANTOS, 2016).

sobre a evasão escolar da população LGBT, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, afirma que o grupo que mais sofre discriminação na escola é o de transexuais e travestis, estimando-se que aproximadamente 73% dessa população se evade da escola (SANTOS, 2016, p.13).

Segundo Santos (2016), o grupo de transexuais e travestis é o que mais sofre discriminação durante o processo de formação nas instituições escolares, podendo resultar na evasão escolar. Muitas vezes, estas não resistem às violências cometidas no ambiente escolar e abandonam a educação formal, dificultando a possibilidade de corresponder às exigências do mercado de trabalho (SANTOS, 2016, p. 59), ou seja, transexuais e travestis podem ter acesso restrito à educação, mesmo que esta seja um direito de todas/os⁴,

A educação é um direito de todos e todas no Brasil e, por isso, não deve haver restrições para o acesso e permanência. Na prática, porém, as pessoas trans não são aceitas em suas expressões de gênero, nem tampouco respeitadas em sua singularidade. Alguns estudos recentes demonstram as consequências da homo/transfobia nas escolas em contextos locais, mas, ao realizarmos um levantamento bibliográfico específico sobre pessoas trans em universidades, não foi encontrado nenhuma pesquisa que tenha abordado esse tema diretamente (SCOTE, 2017, p. 25).

Scote (2017) constata que há estudos que demonstram as consequências das restrições ao acesso e permanência de transexuais e travestis nas escolas, devido ao desrespeito e discriminação, no entanto, ao realizar um levantamento bibliográfico sobre as vivências dessas pessoas em universidades, não encontrou nenhuma pesquisa que aborde esse tema. Em nosso levantamento também tivemos pretensão de buscar por produções que discutissem sobre o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior, contudo, também identificamos que ainda há poucas pesquisas voltadas para esta questão.

Balanco de produção

Neste tópico apresentaremos as análises e resultados quantitativos do nosso balanço de produção, tal como o número de produções encontradas e a distribuição do número de produções por ano, relacionando com as políticas de acesso e permanência direcionadas às pessoas transexuais e travestis.

⁴ Segundo o Art. 6 da Constituição Federal de 1988, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, e o Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Para o levantamento das produções bibliográficas, recorreremos às bases de dados SciELO, GT 11 da ANPEd, Oasisbr, CAPES e BDTD. Denominamos nosso estudo como balanço de produção, visto que este tem como objetivo o levantamento de produções referentes a um determinado tema a ser pesquisado, e é realizado a partir de descritores/palavras-chave (MILHOMEM; GENTIL; AYRES, 2010).

Para a busca das produções utilizamos os descritores ‘transexua*’ e ‘travesti*’. O uso do asterisco no final da palavra é necessário para a busca, pois engloba as palavras que estão no plural e as que terminam com –dade, tal como transexualidade e travestilidade. Recorreremos apenas a esses descritores porque obtivemos resultados que discutem especificamente sobre essas pessoas, considerando que se utilizássemos os descritores ‘acesso’, ‘permanência’ ou ‘educação superior’ teríamos como resultados muitas produções que destoam do nosso objetivo.

Para realizar a pesquisa seguimos os seguintes passos: acessamos as 05 bases de dados, buscamos a partir dos descritores escolhidos⁵ e procuramos os trabalhos referentes ao nosso estudo. Na primeira etapa da pesquisa, fizemos a seleção dos trabalhos lendo os títulos e resumos, considerando os textos referentes às/aos estudantes transexuais e travestis e à educação. Selecionamos e fizemos o *download* de 12 produções, considerando as cinco bases de dados já ressaltadas.

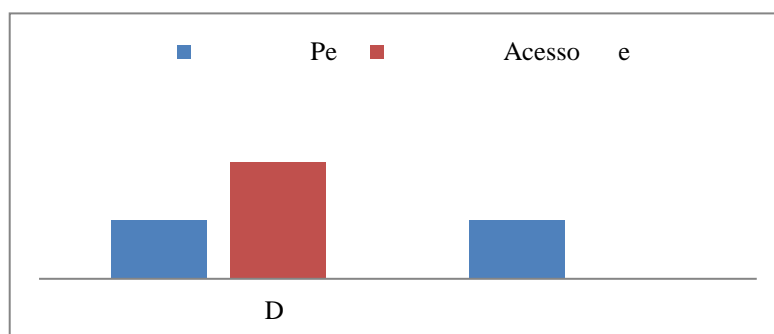
Na segunda etapa, após o *download* dos trabalhos, fizemos a leitura individual e completa das 12 produções com intuito de selecionar os trabalhos que dialogam sobre acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior. Das 12, 03 dissertações e 01 tese foram selecionadas, são elas: “*Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis*”, escrito por Maria de Oliveira e defendido em 2015, “*Quando o “estranho” resolve se aproximar: A presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar*”, escrito por Tiago Santos e defendido em 2015, “*Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior*” escrito por Fausto Scote e defendido em 2017, e a tese “*As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e suas implicações em seus projetos de vida*”, escrita por Francisco Duarte e defendida em 2015.

Para analisar as produções elaboramos fichas de análise com a finalidade de registrar informações gerais que consideramos relevantes, tais como: título, autoras/es, ano de defesa,

⁵ No site da ANPEd não há um mecanismo de busca por palavras-chave, para tanto, buscamos no GT 11, nas páginas de cada reunião anual (38 reuniões ao todo), por trabalhos que tivessem escrito acesso, permanência, transexuais, travestis e/ou educação/ensino superior nos títulos.

objetivo do artigo, instituição de ensino das/os autoras/es e questões relativas ao acesso e/ou permanência. Entre as 04 produções selecionadas somente 01 tem como objeto o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior, contudo, identificamos nas outras produções questões que podem ser consideradas relativas ao acesso e/ou permanência. Para sistematizar os dados destacados a partir das fichas de análises elaboramos gráficos. A seguir, no gráfico 1, apresentamos o quantitativo de produções encontradas.

Gráfico 1 - Quantidade de produções selecionadas.



Fonte: SciELO, Grupo de Trabalho 11 da ANPEd, Oasisbr, CAPES/MEC e BDTD.

O gráfico acima é pertinente às produções selecionadas que apresentam questões relacionadas ao acesso e à permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior. Nota-se que 02 dissertações têm questões que podem ser consideradas relativas ao acesso e permanência, enquanto 01 dissertação e 01 tese têm questões relativas somente à permanência.

Referente às questões relativas ao acesso e permanência, convém destacar a dissertação *Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior* (SCOTE, 2017), pois esta é, nesta pesquisa, a única produção que tem como objetivo investigar as condições de acesso e permanência de transexuais e travestis na educação superior, buscando compreender por meio de entrevistas o que dificulta o acesso e permanência dessas pessoas na universidade.

Scote (2017) cita uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais⁶, entre os anos de 2011 a 2015, em

⁶ “A pesquisa foi realizada sob a coordenação do Prof. Marco Prado e uma equipe composta por alunas/os de diversos cursos. Além da construção de um perfil social, a pesquisa também levantou dados sobre escolaridade, família, religião, trabalho sexual, trabalho formal, transformação do corpo, saúde, violência, políticas públicas e lazer, buscando identificar situações de vulnerabilidade em que se encontram travestis e transexuais de Belo Horizonte e região metropolitana frente às áreas de saúde, educação, assistência social, segurança pública, emprego e renda” (SCOTE, 2017, p. 25).

que entrevistaram 138 transexuais e travestis que frequentaram a escola. Os resultados obtidos foram: 6,5% não passaram da 4ª série, 25,4% estudaram entre a 5ª e a 8ª série, 59,4% estudaram até o 3º ano do ensino médio, 6,5% acessaram a educação superior, mas não permaneceram, 2,2% tem graduação completa, e 0,7% estavam na alfabetização de adultos. Ou seja, 91,3% das transexuais e travestis entrevistadas não passaram do ensino médio. Segundo o autor, apesar da educação ser um direito de todas/os, o número de estudantes transexuais e travestis que acessam e permanecem na educação superior é muito reduzido comparado ao número de estudantes que terminam o ensino médio.

Em relação à produção que tem questões pertinentes à permanência, na tese *As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e suas implicações em seus projetos de vida*, que apresenta por objetivo discutir e analisar as representações sociais de universitárias/os de sexualidades LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) sobre os seus processos de escolarização e as implicações deste percurso em seus projetos de vida, Duarte (2015) destaca a dificuldade de Lyah⁷ para permanecer na universidade devido a falta de acolhimento e desrespeito das/os professoras/es,

Já peguei várias e várias vezes professores da universidade fazendo “piadinhas” a meu respeito, num leque de violências verbais e psicológicas que, talvez, se eu ainda fosse aquela criança ingênua, talvez já tivesse renunciado a tudo (DUARTE, 2015, p. 219).

O respeito das/os professoras/es durante o processo de formação na universidade é um dos elementos necessários para a permanência de estudantes transexuais e travestis, além da garantia do uso do nome social, como afirma Santos (2016) em sua dissertação *Quando o “estranho” resolve se aproximar: A presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar*, em que apresenta como objetivo específico elaborar uma narrativa a partir das memórias da professora transexual enquanto aluna e professora,

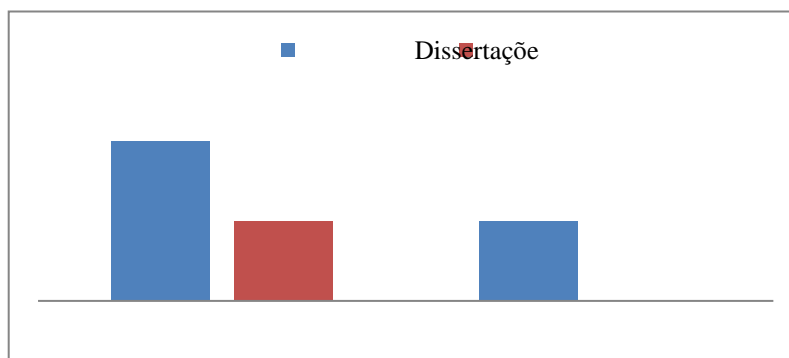
A atribuição do nome, aparentemente banal para os heterossexuais, tem grande importância para as transexuais, e produziu uma legislação já aprovada em 9 estados brasileiros que determina que as escolas públicas devem nomear estudantes conforme a solicitação deles/as. Em algumas universidades federais (UFBA e UFES) também já existem resoluções para o nome social de alunos/as trans (SANTOS, 2016, p. 68).

⁷ Lyah Corrêa, uma mulher transexual, é uma das pessoas entrevistadas pelo autor para a elaboração de sua tese *As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e suas implicações em seus projetos de vida* (DUARTE, 2015).

Conforme Santos (2016), a atribuição do nome social tem grande importância para o respeito à identidade de gênero de transexuais e travestis, tanto que, já existem resoluções para a garantia do uso em universidades e escolas públicas. Atualmente, de 63 universidades federais, em média, 50 tem resoluções internas a respeito do uso do nome social por estudantes e servidoras/es administrativas/os⁸.

As 04 produções analisadas destacam legislações direcionadas para a população transexual e travesti, tal como as resoluções internas a respeito do uso do nome social nas universidades e escolas públicas. Ao elaborarmos o gráfico 2 apresentando a quantidade de produções acadêmicas distribuídas por ano, pudemos reconhecer que a efetivação de outras políticas interferiram na elaboração e publicação destas produções.

Gráfico 2 – Produções selecionadas distribuídas por ano.



Fonte: SciELO, Grupo de Trabalho 11 da ANPEd, Oasisbr, CAPES/MEC e BDTD.

De acordo com o gráfico 2, nota-se que as produções acadêmicas referentes ao acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior começaram a ser discutidas a partir do ano de 2015. Podemos relacionar esse dado com a efetivação de políticas de acesso e permanência, dado que estas aparecem nas produções acadêmicas analisadas. Como exemplificação, podemos citar a dissertação *Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis* (OLIVEIRA, 2015), que tem por objetivo elucidar determinadas demandas por cidadania reivindicadas por travestis e transexuais, e que evidencia a Resolução N° 12,

[...] foi publicado no Diário Oficial da União em Março de 2015 a resolução que visa garantir condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – “e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais” – nas instituições de ensino. De acordo com os artigos desta resolução, as escolas e universidades, públicas e particulares, devem garantir o uso de banheiros, vestiários e demais espaços

⁸Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/14-universidades-federais-nao-tem-resolucao-para-uso-do-nome-social.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

segregados de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. Além disso, o campo “nome social” deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares (OLIVEIRA, 2015, p. 93).

Segundo a autora, esta resolução, aprovada em 2015, visa garantir as condições de acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis nas instituições de ensino, tal como escolas e universidades, tanto públicas quanto particulares. Estas condições são referentes ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero, e à opção de uso do nome social em formulários e sistemas de informação, além de inscrição, ficha de presença e similares.

O uso do nome social para a inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) também tem sido um dos contribuintes para o acesso de pessoas transexuais e travestis na educação superior. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira mostrou que, em 2015, o número de transexuais e travestis que realizaram o Enem quase triplicou em relação ao ano anterior, constando 278 solicitações para o uso do nome social, enquanto que em 2014 ocorreram 102 solicitações (SCOTE, 2017).

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi desvelar as produções que discutem sobre acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior. Assim, buscou-se identificar o número de produções encontradas e a distribuição por ano, relacionando com as políticas de acesso e permanência direcionadas às pessoas transexuais e travestis.

Entre as 04 produções selecionadas, apenas 01 apresenta como tema o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior. A partir deste levantamento, verificamos que estudos sobre as vivências de estudantes transexuais e travestis na educação superior ainda é pouco explorado, tendo destaque, em sua maioria, em produções cujo objetivo é elucidar as demandas por cidadania de transexuais e travestis.

Dentre as demandas por cidadania de transexuais e travestis, podemos destacar o direito à educação, no entanto, apesar da efetivação de legislações para sua garantia, reconhecemos a necessidade de se pesquisar se estas pessoas estão conseguindo ter acesso e permanência à educação superior.

Referências

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro – RJ: Garamond, 2005.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.**

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e suas implicações em seus projetos de vida.** Tese de doutorado (Doutorado em educação) – UFPA. Belém/PA, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos.** Brasília – DF, 2012.

LEWER, Laura. **13 universidades federais não têm resolução para o uso do nome social.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/14-universidades-federais-nao-tem-resolucao-para-uso-do-nome-social.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MILHOMEM, André Luiz Borges; GENTIL, Heloisa Salles; AYRES, Sandra Regina Braz. **Balanco de Produção Científica:** A utilização das TICs como ferramenta de pesquisa acadêmica. SemiEdu, Cuiabá/MT, 2010.

OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti de. **Nas margens do corpo, da cidade e do Estado:** educação, saúde e violência contra travestis. Dissertação de mestrado (Mestrado em antropologia) – USP. São Paulo/SP, 2015.

SANTOS, Tiago Zeferino dos. **Quando o “estranho” resolve se aproximar:** A presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação) – Unisul. Tubarão/SC, 2016.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior.** Dissertação de mestrado (Mestrado em educação) – UFSCar. Sorocaba/SP, 2017.